

Cachoeiro de Itapemirim-ES, 28 de setembro de 2022.

Comunicado: 023/2022

**ATUALIZAÇÃO**  
**AÇÕES JUDICIAIS COLETIVAS DE NATUREZA**  
**TRIBUTÁRIA PROPOSTAS PELO SINDIROCHAS**

Às Empresas Associadas,

O Sindirochas, entidade sindical representativa das empresas pertencentes ao setor de rochas ornamentais, cal e calcário do Estado do Espírito Santo, possui legitimidade extraordinária a postular em juízo determinados direitos a favor de seus Associados.

Atualmente, existem várias ações coletivas de natureza tributária visando o afastamento da imposição de determinados tributos ilegais/inconstitucionais, bem como a recuperação de valores pretéritos.

No quadro abaixo encontram-se os detalhes resumidos concernentes a cada um dos processos atuais.

|   | Nº do Processo            | Vara      | Parte Contrária                  | Data do ajuizamento | Tema   |
|---|---------------------------|-----------|----------------------------------|---------------------|--|
| 1   | 0022823-39.2015.8.08.0035 | 2ª Câmara | TVV - Terminal de Vila Velha S.A | 10/09/2015          | Afastamento da cobrança da Taxa de Escaneamento de Contêineres |
| <p><b>Observações:</b> Trata-se de Ação Ordinária movida pelo Sindirochas em favor dos seus Associados requerendo o afastamento do pagamento da Taxa de Inspeção não Invasiva de Contêineres (escâneres) cobrados pela concessionária administradora do recinto alfandegário (TVV).</p> <p>Em 2017 foi proferida sentença a favor do Sindirochas.</p> <p>Em 2019 o Tribunal de Justiça do ES reformou a sentença julgando a ação improcedente.</p> <p><b>Situação atual:</b> O Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou seguimento ao Recurso Especial interposto pelo Sindirochas. Atualmente, o processo aguarda julgamento do Agravo Interno interposto pelo sindicato, que tem o objetivo de reformar a decisão anterior no intuito de que o STJ analise o mérito acerca da legalidade da cobrança da Taxa de Inspeção não Invasiva de Contêineres.</p> |                           |           |                                  |                     |  |

|   | Nº do Processo            | Vara             | Parte Contrária | Data do ajuizamento | Tema  |
|---|---------------------------|------------------|-----------------|---------------------|---|
| 2 | 0025004-83.2017.4.02.5001 | 3ª Turma do TRF2 | UNIÃO           | 31/08/2017          | Não incidência do ICMS na base de cálculo do IRPJ/CSLL recolhidos na forma do lucro presumido |
|   |                           |                  |                 |                     |   |

**Observações:** Trata-se de Mandado de Segurança Coletivo impetrado pelo Sindirochas a favor de seus Associados requerendo seja reconhecido o direito de recolherem o IRPJ e a CSLL na forma do lucro presumido sem a inclusão do ICMS na sua base de cálculo, bem como o direito de promover a compensação dos valores indevidamente recolhidos a tais títulos nos últimos 5 anos.

Foi proferida sentença desfavorável ao Sindicato.

**Situação atual:** Atualmente este processo encontra-se suspenso aguardando a definição do Superior Tribunal de Justiça (STJ) acerca da tese discutida.

|   | Nº do Processo            | Vara             | Parte Contrária | Data do ajuizamento | Tema   |
|---|---------------------------|------------------|-----------------|---------------------|--|
| 3 | 0012319-10.2018.4.02.5001 | 3ª Turma do TRF2 | UNIÃO           | 08/06/2018          | Manutenção da alíquota do Reintegra de 2% (dois por cento) até o final do ano de 2018. |

**Observações:** Trata-se de Mandado de Segurança Coletivo objetivando, inclusive liminarmente, determinar que a Autoridade Coatora se abstenha de exigir dos membros do SINDIROCHAS a aplicação da alíquota de 0,1% (um décimo por cento) sobre o crédito oriundo do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra), mantendo-se a alíquota de 2% (dois por cento) até o final do ano de 2018.

Foi proferida sentença de procedência parcial garantindo o direito de as empresas associadas aplicarem o percentual original de 2% (dois por cento) no benefício fiscal do Reintegra, e não 0,1% (um décimo por cento), conforme havia determinado o Decreto nº 9.393/2018, pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados de 30.05.2018.

**Situação atual:** Atualmente o processo encontra-se aguardando decisão dos recursos interpostos pela União e pelo Sindirochas, visando que a aplicação da alíquota de 2% (dois por cento) se dê por todo o ano de 2018, em respeito ao princípio da anterioridade anual.

|   | Nº do Processo            | Vara             | Parte Contrária | Data do ajuizamento | Tema  |
|---|---------------------------|------------------|-----------------|---------------------|---|
| 4 | 0012316-55.2018.4.02.5001 | 4ª Turma do TRF2 | UNIÃO           | 08/06/2018          | Manutenção no regime da desoneração até 31 de dezembro de 2018. |

**Observações:** Trata-se de Mandado de Segurança Coletivo objetivando, inclusive liminarmente, assegurar o direito dos associados ao SINDIROCHAS de permanecer na modalidade substitutiva de tributação da contribuição previdenciária parte patronal (CPRB) - de que trata o art. 22, caput, I e III, da Lei n. 8.212/1991, prevista nas disposições constantes da Lei n. 12.546/2011, continuando a recolher tal contribuição sobre o valor da receita bruta até 31 de dezembro de 2018, inclusive, afastando, em decorrência, a incidência art. 12 da Lei nº 13.670, de 2018, que revogou tal modalidade substitutiva de tributação.

**Situação atual:** A ação foi encerrada de modo desfavorável ao Sindirochas, eis que o Poder Judiciário fixou o entendimento de que não há direito adquirido à desoneração fiscal, a qual constitui, no presente caso, mera liberalidade do Governo, de modo que sua revogação poderia ser feita a qualquer tempo. Atualmente, aguarda-se a conversão em renda dos depósitos judiciais realizados por algumas empresas associadas em favor da União, com o fito de extinguir o crédito tributário.

|   | Nº do Processo            | Vara             | Parte Contrária | Data do ajuizamento | Tema  |
|---|---------------------------|------------------|-----------------|---------------------|---|
| 5   | 5006427-98.2019.4.02.5001 | 4ª Turma do TRF2 | UNIÃO           | 03/04/2019          | Exclusão do PIS e da COFINS sobre as suas próprias bases de cálculo |
| <p><b>Observações:</b> Trata-se de Mandado de Segurança com pedido liminar objetivando que o Delegado da Receita Federal do Brasil em Vitória-ES, se abstenha de exigir dos membros do Sindicato, o recolhimento do PIS e da COFINS com a indevida inclusão dessas próprias contribuições sociais em suas bases de cálculo. Também visa garantir o direito de recuperar o que se pagou a maior nos últimos 5 (cinco) anos.</p> <p>O Tribunal Regional Federal reformou a sentença e julgou a demanda improcedente.</p> <p><b>Situação atual:</b> Atualmente, o processo encontra-se suspenso aguardando a definição do Supremo Tribunal Federal (STF) acerca da tese discutida.</p> |                           |                  |                 |                     |   |

|   | Nº do Processo            | Vara     | Parte Contrária | Data do ajuizamento | Tema   |
|---|---------------------------|----------|-----------------|---------------------|--|
| 6   | 5010611-97.2019.4.02.5001 | 1ª Cível | UNIÃO           | 27/05/2019          | Afastamento do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) na alíquota de 0,38% sobre a entrada no país de receitas de exportação. |
| <p><b>Observações:</b> Trata-se de Mandado de Segurança em que se requer que a União se abstenha de exigir dos Associados a cobrança do IOF sobre o ingresso no País de receitas de exportação, mantidas pelas empresas em suas contas no exterior, de forma que seja aplicada a alíquota zero do referido imposto, afastando assim o entendimento da Receita Federal externado na Solução de Consulta Cosit nº 246, de 11 de dezembro de 2018. Além disso requer o reconhecimento do direito de restituição ou compensação por via administrativa dos valores indevidamente recolhidos a tais títulos.</p> <p>Houve sentença de procedência a favor do Sindirochas. Atualmente aguarda-se manifestação da União sobre o interesse em recorrer.</p> <p><b>Situação Atual:</b> Atualmente aguarda-se o julgamento do recurso de apelação interposto pela União junto ao Tribunal Regional Federal.</p> |                           |          |                 |                     |  |

|  | Nº do Processo            | Vara     | Parte Contrária | Data do ajuizamento | Tema   |
|--|---------------------------|----------|-----------------|---------------------|--|
| 7  | 5012324-73.2020.4.02.5001 | 6ª Cível | UNIÃO           | 29/05/2020          | Manutenção da alíquota do Reintegra de 3% (três por cento) até o final do ano de 2015. |
| <p><b>Observações:</b> Trata-se de Mandado de Segurança Coletivo objetivando, inclusive liminarmente, determinar que a União se abstenha de exigir dos membros do SINDIROCHAS a aplicação da alíquota de 1% (um por cento) sobre o crédito oriundo do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra), mantendo-se a alíquota de 3% (três por cento) até o final do ano de 2015.</p> <p><b>Situação atual:</b> Foi proferida sentença favorável ao Sindirochas. Recentemente, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região negou o recurso interposto pela União e acolheu o recurso do Sindicato, para determinar que os créditos do Reintegra sejam devidamente atualizados pela Taxa SELIC, desde a data de apuração do crédito,</p> |                           |          |                 |                     |  |

até a data do seu efetivo aproveitamento. Atualmente, aguarda-se o julgamento dos Embargos de Declaração opostos pela União, que requereu a não aplicação da Taxa SELIC na atualização dos créditos do Reintegra.

|   | Nº do Processo            | Vara     | Parte Contrária | Data do ajuizamento | Tema   |
|---|---------------------------|----------|-----------------|---------------------|--|
| 8 | 5025365-73.2021.4.02.5001 | 2ª Cível | UNIÃO           | 14/07/2021          | Não incidência do IRPJ e da CSLL sobre a taxa Selic. |

**Observações:** Trata-se de mandado de segurança coletivo em que o Sindirochas objetiva obter provimento jurisdicional para que seja assegurado aos seus associados/substituídos o direito de não sofrerem a incidência do IRPJ e da CSLL sobre a taxa SELIC, recebida na repetição de indébito tributário (restituição e compensação), em virtude de pedidos administrativos ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado, bem como o direito de compensar os valores recolhidos indevidamente nos últimos 5 (cinco) anos anteriores à propositura da presente demanda.

**Situação atual:** Atualmente, aguarda-se decisão acerca do recurso interposto pelo Sindirochas contra a sentença que julgou improcedente seu pedido. A tese discutida nestes autos foi decidida definitivamente pelo Supremo Tribunal Federal, a favor dos contribuintes, quando do julgamento do Recurso Extraordinário de nº RE 1063187/SC.

|   | Nº do Processo            | Vara     | Parte Contrária | Data do ajuizamento | Tema  |
|---|---------------------------|----------|-----------------|---------------------|---|
| 9 | 5038934-44.2021.4.02.5001 | 2ª Cível | UNIÃO           | 29/10/2021          | Não incidência do IRPJ e da CSLL sobre a parcela atinente à inflação dos rendimentos de aplicações financeiras. |

**Observações:** Trata-se de Mandado de Segurança Coletivo com intuito de discutir a não incidência do IRPJ e da CSLL sobre a parcela atinente à inflação dos rendimentos de aplicações financeiras, garantindo assim o pagamento a menor dos mencionados tributos e a recuperação do que foi recolhido a maior nos últimos 5 (cinco) anos anteriores à distribuição da ação.

**Situação atual:** Atualmente, aguarda-se o julgamento do recurso de apelação interposto pelo Sindirochas contra a sentença que denegou a segurança pleiteada.

|    | Nº do Processo            | Vara     | Parte Contrária | Data do ajuizamento | Tema   |
|----|---------------------------|----------|-----------------|---------------------|--|
| 10 | 5040892-65.2021.4.02.5001 | 6ª Cível | UNIÃO           | 19/11/2021          | Exclusão das subvenções estaduais na base de cálculo do IRPJ e da CSLL |

**Observações:** Trata-se de Mandando de Segurança Coletivo referente à exclusão das subvenções estaduais (benefícios fiscais de ICMS) da base de cálculo do IRPJ e da CSLL de seus associados.

**Situação atual:** Atualmente, os autos encontram-se com o juiz para proferir sentença acerca do pedido apresentado pelo sindicato.

|  | Nº do Processo            | Vara     | Parte Contrária | Data do ajuizamento | Tema   |
|--|---------------------------|----------|-----------------|---------------------|--|
| 11   | 5008311-60.2022.4.02.5001 | 1ª Cível | UNIÃO           | 23/03/2022          | Exclusão PIS e da COFINS sobre a taxa SELIC aplicada como fator de correção monetária e juros de mora. |
| <p><b>Observações:</b> Trata-se de Mandando de Segurança Coletivo para afastar a incidência do PIS e da COFINS sobre a taxa SELIC aplicada como fator de correção monetária e juros de mora sobre o indébito tributário decorrente de medida judicial ou pedido de restituição/compensação administrativa ou ainda levantamento de depósito judicial.</p> <p><b>Situação atual:</b> Atualmente, os autos encontram-se com o juiz para proferir sentença acerca do pedido apresentado pelo sindicato.</p> |                           |          |                 |                     |  |

Todos esses processos possuem o condão de evitar que o Associado absorva uma carga tributária ilegal, além de possibilitar que promova a recuperação de determinados créditos recolhidos indevidamente.

Importante destacar que, o Sindirochas está sempre atento as demandas do setor nas áreas tributária e fiscal, além de dialogar e adotar medidas junto aos Governos para minimizar e desburocratizar a relação tributária com o Fisco.

Por fim, a assessoria jurídica do Sindirochas, por intermédio do escritório *David & Athayde Advogados*, a qual patrocina todas essas ações, encontra-se à disposição de todos os associados para dirimir dúvidas que possam surgir, por intermédio dos *e-mails* [rogerio@da.adv.br](mailto:rogerio@da.adv.br) (Dr. Rogério David); [lucas@da.adv.br](mailto:lucas@da.adv.br) (Dr. Lucas Sanson), [daniel@da.adv.br](mailto:daniel@da.adv.br) (Dr. Daniel Gomes) e; pelos telefones (28) 3521-6192 e (27) 3345-0012.

Atenciosamente,

**Sindicato das Indústrias de Rochas Ornamentais, Cal e Calcário do  
Estado do Espírito Santo - SINDIROCHAS**